

J.F. Meirinhos

**Editores, livros e leitores em Portugal
no século XVI. A colecção de impressos Portugueses
da BPMP**

Separata de

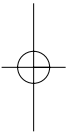
*Tipografia Portuguesa do séc. XVI
nas colecções da BPMP. Catálogo.*
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Porto 2006.
pp. 17-34.



BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

TIPOGRAFIA PORTUGUESA DO SÉC. XVI
nas colecções da Biblioteca Pública Municipal
do Porto

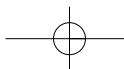
Portuguese Printing in the 16th century
The Porto Municipal Public Library collection



PORTO
Câmara Municipal

Pelouro da Cultura
Direcção Municipal de Cultura

2006



Ficha Técnica / Credits

Coordenação editorial / Editorial Co-ordination

José Francisco Meirinhos

Jorge Costa

Júlio Costa

Levantamento e Descrição Bibliográfica / Research and Bibliographic Description

Benilde Pinho

Lucinda Ribeiro

Organização da Informação, Índices e Desenvolvimento / Organization of Information, Indexes and Development

Paula Martins

Preparação e tratamento físico das espécies documentais / Preparation and physical treatment of documentation

Irene Linda

Digitalização e tratamento de imagem / Digitalization and treatment of image

Conceição Moreira

Fátima Costa

Tradução / Translation

Alphatrad

Revisão / ??

Carla Augusto

Design Gráfico / Graphic Design

Atelier João Borges

Impressão / Printing

Rocha, Artes Gráficas

ISBN: 972-634-116-7

Depósito legal / Legal Deposit

XXXXXXXXXXXX

Tiragem / Print run

1000 exemplares

Edição e Distribuição / Edition and Distribution

Biblioteca Pública Municipal do Porto

Rua D. João IV (ao Jardim de S. Lázaro)

4049-017 Porto

Tel. 225 193 480

Fax 225 193 488

E-mail: bpmp@cm-porto.pt

EDITORES, LIVROS E LEITORES EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI.

A COLECÇÃO DE IMPRESSOS PORTUGUESES DA BPMP

O século XVI impresso. O livro impresso do século XVI mostra de modo exuberante uma crescente autonomização em relação aos modelos gráficos do livro medieval. Os livros das primeiras décadas da tipografia vivem em continuidade com o modelo do livro manuscrito gótico: em ambos encontramos o mesmo gosto pela ocupação da página em áreas rigorosamente delimitadas, de preferência em duas colunas, dispostas entre margens de dimensões desiguais mas simétricas quando o livro está aberto, com um texto compacto onde proliferam as abreviaturas, partilhando a mesma ausência de página de rosto ou a utilização de iniciais e títulos, ou de rubricas, para hierarquizar o texto, sem introdução de espaços em branco entre capítulos ou partes do texto. Quase todas estas características serão abandonadas, estando a tendência para a ruptura já presente no trabalho dos tipógrafos do século XV mais criativos ou mais influenciados pelos novos gostos estéticos e pela crescente preocupação com a atractividade e legibilidade dos seus volumes.

A imprensa de tipos móveis em liga metálica, que tivera o seu mais notável exórdio com a *Bíblia* de 42 linhas de Johannes Gutenberg em Mogúncia por volta de 1445, foi introduzida em Portugal em 1487 com a impressão do *Pentateuco* em Faro por Samuel Gacon, em hebraico. Discute-se a que obra cabe a primazia de ter sido a primeira a ser impressa em Português, que parece caber ao *Tratado de Confisson*, dado à estampa em Chaves, por impressor anónimo, em 1489, e não ao *Sacramental* de Clemente Sanchez de Vercial, estampado segundo alguns c. 1488, em local desconhecido e por impressor também desconhecido. De qualquer modo, os tipógrafos introdutores da imprensa em Portugal são seguramente estrangeiros, geralmente de proveniência germânica ou centro-europeia, que se manteriam activos por tempo suficiente para transmitirem ou trespassarem a sua arte a continuadores. Conhecem-se 30 títulos impressos em Portugal até 1500: 13 em hebraico, 8 em português um dos quais em 4 volumes, 9 em latim (cfr. Anselmo, «Censos de incunábulo»). No século seguinte a progressão do número de edições seria geométrica, mas ainda lenta nas primeiras décadas, desaparecendo a edi-

ção de livros em hebraico e florescendo a edição de livros em castelhano, a par dos livros em latim e em português.

O subtilíssimo engenho. São raros os textos portugueses do século XVI que descrevem as instalações de uma tipografia, o seu apetrechamento, a distribuição do trabalho, a azáfama dos artesãos. Dos prelos de Santa Cruz de Coimbra saía em 1541 a tradução portuguesa de uma descrição do mosteiro, enviada ao cardeal Antonio Pucci pelo prior de S. Vicente de Fora em Lisboa, D. Francisco de Mendanha, onde dá com algum detalhe pormenores sobre a tipografia e o modo operoso e observante do silêncio como os religiosos se haviam com as artes da impressão:

«Sobre a outra quadra desta Claustra da Manga, contra o meio dia, estão as casas de estam-
par, onde os religiosos por sua recreação e exercício imprimem algumas boas e santas obras,
para o que o dito senhor rei D. João, nosso senhor, lhes fez mercê de caracteres e matrizes de
grego e latim, de seis ou sete sortes, a saber, de aldo, do grifo e de outros mais esmerados que
ao presente há em o mundo, tudo muito perfeito com as suas liminaturas, maiúsculas e abre-
viaturas, moldes e com tudo o mais que cumpre à perfeição deste subtilíssimo engenho. Em
estas casas, sem nenhuma pessoa secular a ajudar os religiosos, a uns vereis como se exerci-
tam no ofício de componedores, distribuidores, outros no de correctores, outros em batedo-
res, outros em tiradores e todos em silêncio observantíssimos guardadores» (Francisco de
Mendanha, *Descripçam e debuxo do Moesteyro de Santa Cruz de Coimbra*, trad. de frei Veríssimo,
Cenóbio de Santa Cruz, Coimbra 1541, ed. fac-similada em I.S. RÉVAH, «*La Descripçam e
debuxo do Moesteyro de Santa Cruz de Coimbra, imprimée en 1541*», *Boletim da Biblioteca da
Universidade de Coimbra*, 23, 1957, p. Dii r-v; ortografia actualizada).

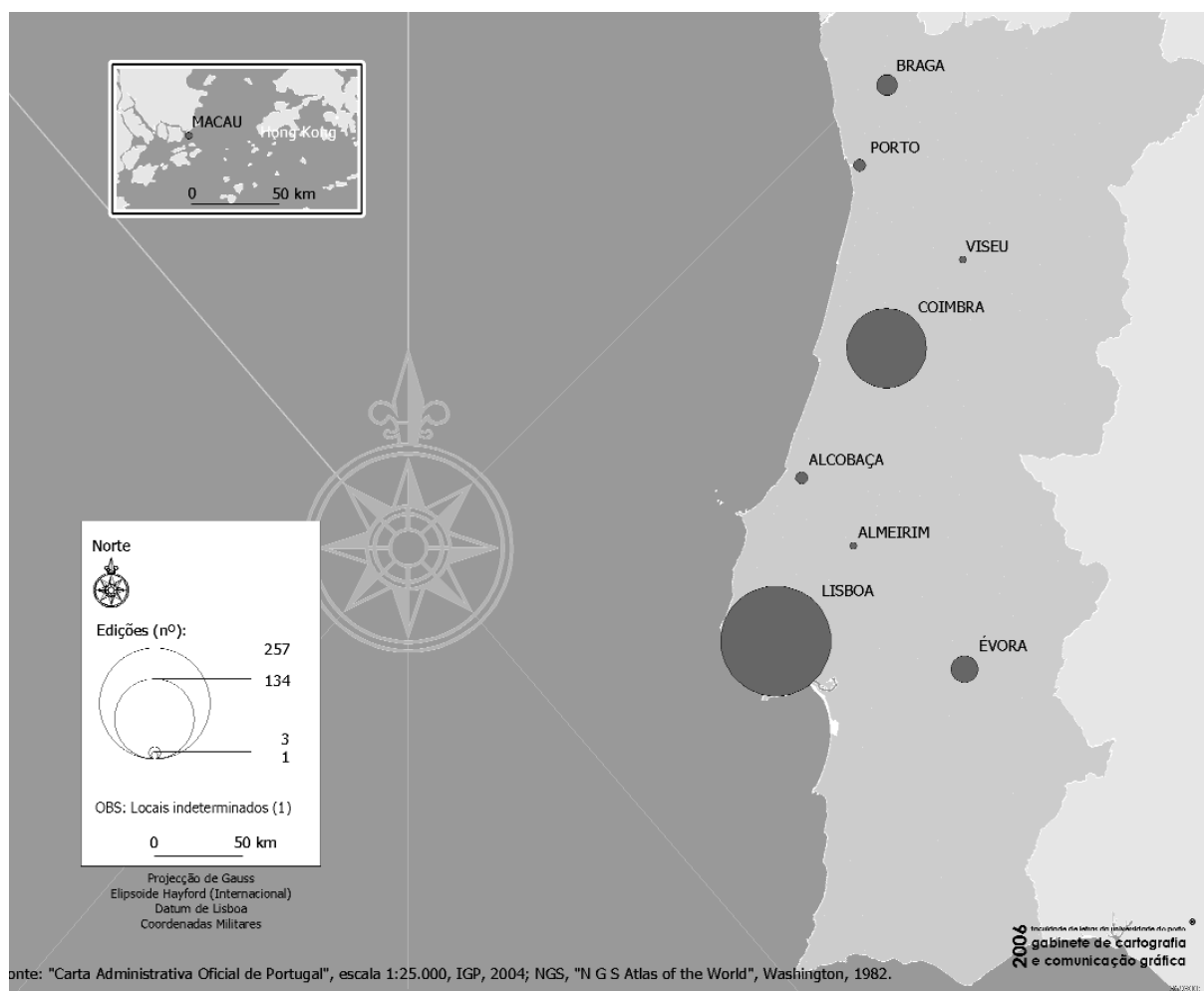
Francisco de Mendanha, elogioso visitador das riquezas do Mosteiro de Santa Cruz, compraz-se em descrever a excelência do dom do rei ao mosteiro, que concorre para a «perfeição deste subtilíssimo engenho», a arte de imprimir. Destacando os caracteres, nomeia o aldo e o grifo, mais as «liminaturas, maiúsculas e abreviaturas, moldes». Com todos ao trabalho, o tempo deveria correr em industriosa azáfama, mas o relator chama sobretudo a atenção para a observação do silêncio por todos os que ali trabalham: componedores, distribuidores, correctores, batedores, tiradores, enumerados pela própria ordem em que intervêm no fabrico do livro, mas faltando pelo menos referir os encader-
nadores, apesar de essa ser uma arte de facto exterior à tipografia. A impressão de livros não altera as obrigações dos crúzios, em cuja cultura e obrigações monásticas e pastora-
is o livro tinha um lugar importante, como se realça nos quatro ângulos da portada monumental da edição de 1536 do *Liuro das constituições e costumes ... de Sancta Cruz de Coimbra* (inexistente na BPMP) ou na representação de um capítulo dos monges crúzios, impressa no verso da edição de 1553 da mesma obra (cfr. nº 99). Os monges imprimem

livros «por sua recreação e exercício», agora «sem nenhuma pessoa secular a ajudar», ao contrário do que acontecera aquando da instalação da tipografia no mosteiro, que sabemos ter tido o contributo do tipógrafo Germão ou Simão Galharde, entre 1530 e 1531. Nos anos iniciais esta tipografia produz livros a bom ritmo, sendo o último de 1563, pelo que em 1577 D. Sebastião a fez transferir, para em Lisboa se imprimirem folhas de propaganda da cruzada (cfr. Meirinhos, «A tipografia de Santa Cruz»).

O aldo e o grifo não são os caracteres mais utilizados nos primeiros livros impressos em Santa Cruz. Como acontece em toda a primeira metade do século XVI, continuam a ser os caracteres góticos, com a angulosidade do contraste entre partes finas e grossas de cada letra, que merecem a preferência dos tipógrafos, ainda com abundância de abreviaturas (que Mendanha expressamente refere) dos manuscritos e dos incunábulos, mas em processo de abandono. Doravante, o gosto humanista pela página límpida e por leitura menos apressada ou prolixa que a praticada nas escolas, vai fazendo arejar a página e abandonar as abreviaturas. Desta tipografia comparem-se as portadas e páginas compactas da *Regra de perfeiçam dos monges* de Lourenço Justiniano (de 1531, nr. 218) ou a arejada depuração dado pelo pequeno módulo redondo na *Antimoria* de Aires Barbosa (de 1536, nr. 38).

Tipógrafos e editores. Prossegue no século XVI a actividade dos tipógrafos estrangeiros que haviam introduzido a imprensa em Portugal e outro chegam: Valentim Fernandes de Morávia, Hermão de Campos, Germão Galharde, Pedro de Craesbeeck, João Pedro de Cremona, para referir apenas alguns da primeira parte do século, sendo que na segunda metade haverá numerosos castelhanos a instalar tipografias. A sua actividade é a de pioneiros que arriscam e correm mundo, que não hesitam em deslocar-se onde sejam solicitados. Como se pode constatar no mapa 1, onde se cartografam os locais de impressão e as edições realizadas em Portugal no séc. XVI existentes na Biblioteca Pública Municipal (que representarão cerca de 45% dos impressos portugueses conhecidos deste século), há uma desigual concentração geográfica na produção livreira. Lisboa, capital do reino e das mais importantes instituições religiosas, é de longe o grande centro de produção tipográfica português do século XVI com 257 títulos. Ainda assim Coimbra, com 134, tem uma assinalável produção, em torno principalmente da actividade da Universidade (cujos estatutos de 1591 se podem ver no nr. 491) e da imponência monástica de Santa Cruz de Coimbra. A impressão de livros, para além de Évora (15) e Braga (9), é praticamente residual em outros locais, como Alcobça (3), Porto (3), Viseu (1), Almeirim (1), Macau (1), para além de não ter sido possível determinar onde foi estampado 1 título.

Diversos tipógrafos exercem actividade em mais do que uma cidade. António Álvares e Alexandre de Sequeira imprimem em Alcobça e em Lisboa; António de Mariz imprime

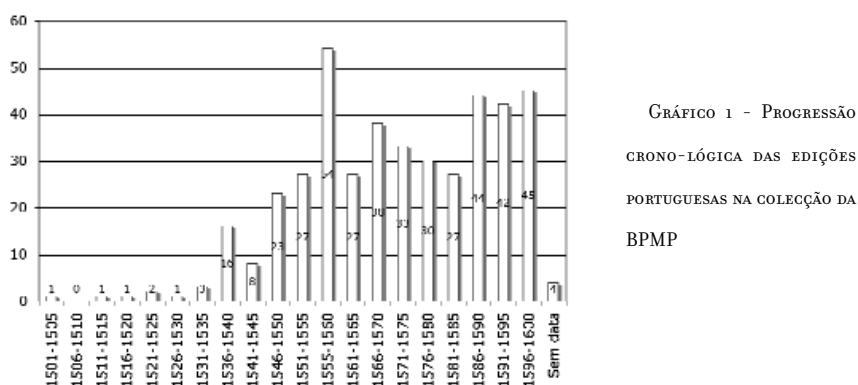


MAPA1: LOCAIS DE IMPRESSÃO E EDIÇÕES PORTUGUESAS DO SÉC. XVI NA BPMP

em Braga e em Lisboa; João Álvares, João de Barreira, Francisco Correia, Germão Galharde, imprimem em Coimbra e em Lisboa. Mas falta saber se em todos os casos há deslocação da tipografia ou se se trata apenas de uma menção para coincidir com uma cidade associada ao comitente da edição. Por exemplo, Jacobo Cromberger é um tipógrafo instalado em Sevilha, onde imprime obras entre 1506 e 1528, mas que em 15121 publicou em Évora o *Livro da Ordenações*, 5 volumes em 1 tomo (nr. 323). Mais tarde, publicaria em Sevilha, no ano de 1521, o *Baptisterium seu manuale Elborensis noviter emendatus e o Breviarium secundum consuetudinem Sancte Elborensis ecclesie* (cfr. Lavoura, *Tipografia Espanhola*, nrs. 877 e 878). Não é improvável supor que a edição de 1521 pudesse de facto ter sido impressa em Sevilha embora, por alguma razão de oportunidade, se atribuísse a Évora. Sabemos que é grande o número de edições, não apenas em latim mas também em português, feitas por autores portugueses em prelos europeus.

O número de títulos publicados ao longo do século XVI (pouco menos de 1000, entre obras em vários volumes até leis com apenas 1 fólio) parece indicar que nenhum dos

tipógrafos teria mais do que uma prensa, enquanto que em cidades centrais da revolução tipográfica, como Lião, Paris, Veneza ou mesmo Sevilha, laboravam dezenas de tipógrafos, alguns deles com mais de uma centena de empregados e quatro ou cinco prensas em constante laboração. Em Portugal o ritmo de publicação também foi muito desigual, como podemos ver pelo gráfico 1, onde se mostra a evolução cronológica das edições portuguesas do século XVI existentes na BPMP. A onda de progressão não deverá estar muito distante da do total nacional, embora aqui o número de espécimes considerados seja ligeiramente inferior a metade do total de edições nacionais. De qualquer modo, 1536 é, em termos absolutos, o primeiro ano em que seguramente em Portugal se imprimem mais de 3 títulos, sendo 1564, 1565, 1588 e 1591, os anos mais produtivos de todo o século (cfr. infra, Índice cronológico e Simões, *Impressos*, bem como Macedos, "Livros Impressos". pp.36-62).



O papel é o único suporte escritório usado nos impressos portugueses do século XVI. O pergaminho, pela sua raridade, custo e rigidez de manuseamento, deixa de ser usado nos livros impressos. Algum do papel usado poderia ser de fabrico local, mas uma boa parte era seguramente importado, o que fazia aumentar o custo final das edições. A produção nacional deveria ser insuficiente para as necessidades, porque o gasto de papel se manteve elevado para uso na escrita manual.

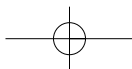
O retorno ou mesmo o lucro eram sempre incertos, dependendo do número de cópias impressas e depois vendidas. Quando agia por sua iniciativa o tipógrafo precisava muitas vezes de recorrer a financiamento ou a mecenato para levar a cargo algumas edições. Ou então limitava-se a produzir uma obra que lhe havia sido encomendada. E estes casos eram devidamente assinalados na portada ou no colofão com expressões precisas como *ad instantia*, *impensis* ou *sumptibus*, para indicar que a obra havia sido impressa *com financiamento de*.

Nas difíceis condições económicas em que a actividade tipográfica se desenvolvia, devido ao reduzido número de encomendas, de leitores e da conseqüente escassa dimensão das edições, os tipógrafos das origens são verdadeiros promotores do saber,



que encomendam obras, importam e procuram títulos para publicar, solicitam traduções. Mas, também trabalham por encomenda. O tipógrafo é, em geral, o proprietário do prelo, mas, mesmo assim, trabalha para terceiros, seja para livreiros, ou instituições, ou mecenas. Apesar de muitas vezes as funções serem acumuladas, é evidente a distinção, testemunhada pelos próprios livros do século XVI, entre tipógrafos e editores. Os próprios livreiros, aqueles que faziam a comercialização pública dos livros, poderiam financiar as edições comissionando-as a um artesão tipógrafo.

A escassez de meios para editar são evidentes e muitos livros guardam o testemunho de terem sido impressos a expensas de outro que não o tipógrafo. Acontecera com o mecenato que tornou possível a tradução e edição dos quatro volumes da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, impresso pelos germânicos Nicolau de Saxónia e Valentino de Morávia em Lisboa em 1495, com o patrocínio da infanta Isabel, do rei João II, e da rainha Leonor. Os exemplos multiplicam-se, bastam alguns exemplos. *A Meditação da ino-centíssima morte e payxã de Nosso Señor, em estilo metrificado* de frei António de Portalegre foi impressa em Coimbra em 1547 por João Barreira e João Alvarez «aa custa... dom Bras Bispo de Leyria» (nr. 16); o *Reportorio dos tempos* de André de Avelar é reimpresso em Lisboa em 1590 por Manuel de Lyra «a custa de Simão Lopez» (nr. 25), o mesmo que custeou a edição do *Dictionarium latino lusitanicum et vice versa lusitanico latinum* de Jerónimo Cardoso, impresso em Lisboa por Alexandre de Sequeira em 1592 (nr. 67); em 1598 Pedro Crasbeeck imprime os *Poemas lusitanos* de António Ferreira, «a custa de Estêvão Lopez» (nr. 137); o mesmo tipógrafo imprime à custa de Cristóvão de Ortega o *Index librorum prohibitorum* ordenado pelo Inquisidor Geral da Lusitânia e bispo de Elvas (Lisboa 1597; nr. 189). João de Espanha custeou edições de obras de Luís de Granada, que fez imprimir nos prelos de João Barreira (nrs. 227, 228, 233, 239) e de António Ribeiro (nrs. 229, 230, 234), tendo mesmo feito estampar em duas edições, de 1588 e 1589, de um *Sermão* do mesmo autor: «vendense en casa de Iuan Despaña» (nrs. 234 e 235). O *Guzman de Alfarache* de Mateo Aleman é impresso em Lisboa em 1600 por Jorge Rodrigues «a custa de Luys Perez, mercador de livros» (nr. 3). O comitente também poderia ser uma ordem religiosa como acontece com a impressão da *Regra do glorioso patriarcha Sam Bento tirada de latim em lingoajem portuguesa*, em Lisboa em 1586, por António Ribeiro «à custa da Congregação de Sam Bento» (nr. 48). Autores houve que também custearam a edição das suas obras, como o fez Francisco Fernandes Fialho que em 1587 mandou imprimir a Martinho de Bruges, em Évora, o seu *Titulorum omnium iuris ciuilis declaratio ac maxime societas simillimorum titulorum ex diuerso corpore iuris ad singulos & similes digestorum titulos reductorum* (nr. 138). António Mariz imprimiu e custeou a edição dos comentários conimbricenses sobre a *Physica* de Aristóteles, em Coimbra em 1592 (nr. 105) e sobre o *De anima* em 1598 (nr. 106). *A Segunda parte del libro*



llamado guia de peccadores de Luís de Granada, impressa em Lisboa em 1557 (?) por João Blávio de Colónia «vendense en casa de Ioan de Borgoña librero del Rey» (nr. 241). Este livreiro manda imprimir outras obras, como a edição de 1557-1562 da primeira e segunda partes das *Chronicas da Ordem dos Frades Menores* de frei Marcos de Lisboa, que foi impressa «em casa de Ioannes Blauio, vendese em casa Ioam de Borgonha: a custas de Ioam de Borgonha» (nr. 242); já a edição de 1587, impressa em Lisboa por António Ribeiro foi-o «a custa de Ioam de Espanha & Miguel de Arenas» (nr. 243), exactamente os três interveniente na edição da famosa *Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis diuina praesentia*, de Luís de Molina, impressa em Lisboa em 1588 (nr. 259). Desta mesma obra existe uma edição igual no mesmo ano, com variantes na portada, encimada pelo monograma da Companhia de Jesus e com a menção «a costa de Domingos Martinez» (nr. 258). A procura ou a competição livreira poderiam estar na origem destas duas edições de uma mesma obra, no mesmo ano. E os exemplos de financiamento de edições poderiam multiplicar-se, tendo de comum o facto de se tratar sobretudo de edições do final do século, faltando averiguar se se trata de um novo hábito mencionando nas portadas uma prática de encomendas já mais antiga, ou se é um novo procedimento da economia do livro produzi-lo para terceiros, sejam eles autores ou livreiros.

Ainda no âmbito da sensível vertente económica do livro, note-se que alguns ostentam não só o local de venda, mas mesmo o próprio preço: «Vendense en los palacios del Rey en casa de los mismos empresarios a cient maravedis, o un teston», lê-se no *Commento o repeticion del capitulo Quando de consecratione distinctio I* de Martín de Azpilcueta, editada em Coimbra em 1550 (nr. 27; outras indicações de preço nos nrs. 32, 42, 242, 312, 318, 321, 373, 390). Mais comum é a indicação da taxa real do livro, seja com a indicação do valor ou omitindo-o, como em outra edição da mesma obra de Azpilcueta, estampada em Coimbra em 1551, a ser «Tassada en .l. maravedis por ser el papel grande y la letra pequenna» (nr. 26). Mais comum ainda é a indicação de privilégio de edição ou venda, espécie de concessão de direito de monopólio sobre a produção e comercialização de determinado título, que podia ser outorgada por período limitado, para protecção do próprio investimento do impressor ou do livreiro, como na edição das obras de Sá de Miranda, feita «Com priuilegio Real por dez annos» (nr. 256). Como boa parte dos livros da colecção o atestam, o privilégio real é distinto da licença da Inquisição, pelo que o livro estava submetido a um duplo constrangimento, financeiro e ideológico.

A itinerância e busca de meios para custear as edições podem explicar fenómenos de aparência anómala, de que há múltiplos exemplos: *A Primera parte de las Sentencias que, hasta nuestros tiempos, para edificacion de buenos costumbres, estan por diuersos autores escritas*, atribuída a André Rodrigues de Évora, foi publicada duas vezes no mesmo ano:

em Lisboa por Germão Galharde (nr. 392) e em Coimbra por João Alvarez (nr. 393). *A Summa caietana sacada en lenguaje castellano* é editada em Lisboa em 1560 com dedicatória ao Cardeal-Infante D. Henrique (nr. 424) e a *Summa caietana tresladada em português* é editada em Braga em 1565, 1566 e 1573, com dedicatória a D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (nrs. 425-427).

Frontispício, portada, rosto. Hoje as páginas de rosto dos livros são depuradas, quase monossilábicas, com as capas estudadas por criadores para atrair a atenção e acentuar estratégias comerciais, através de uma estudada disposição gráfica dos poucos elementos que compõem. O catálogo aqui proposto, para o qual se decidiu expressamente, por razões estéticas e documentais, que a descrição de cada livro deveria ser acompanhado da respectiva portada (ou mesmo de mais imagens na versão electrónica), dá-nos a imagem de um tempo diverso, em que o texto da página de rosto é profuso, contendo elogios ao autor ou a quem é dedicado, situando mesmo a obra perante outras de tema similar precedentes, referindo até o preço ou o local onde se pode adquirir, as autorizações e privilégios de que beneficia. No meio da abundância descritiva das páginas de rosto, em algumas edições o que é difícil encontrar é mesmo o título. Face ao livro manuscrito medieval, a tipografia, que, já o vimos, no seu início se limitava a reproduzir o modelo e as práticas gráficas dos códices, introduz uma profunda alteração na apresentação dos livros. No livro medieval não existe “página de rosto”, os textos circulam sem títulos, quase sempre sem indicação de autor, identificados pelo *incipit*, discretos títulos ou simples palavras iniciais de cada texto. É certo que alguns códices têm na abertura vistosas páginas decoradas, mas são uma raridade e além disso essas páginas não pretendem habitualmente apresentar o texto, mas celebrar o volume em que se encontram, enquanto símbolo de poder e autoridade, ou homenageiam o comitente-proprietário, ou aqueles a quem é oferecido. A tipografia contraria o princípio do exemplar único e permite a multiplicação de exemplares absolutamente iguais (coisa que não existe no manuscrito, porque cada exemplar é de facto uma edição diferente) e a mais evidente diferença ocorre, não de imediato, mas mesmo assim emerge nas primeiras décadas da imprensa, com a criação de portadas monumentalizadas, que incluem gravura e texto, algumas vezes a cor (em geral apenas o vermelho, como na capa da *Regra de perfeiçam dos monges* de Lourenço Justiniano, de 1531, nr. 218). Definitivamente é por ela que o livro se identifica e inicia o seu diálogo com o leitor, impondo-se-lhe através de uma relação interpelativamente directa, qualificando o conteúdo, por vezes de modo adjectivado, seja através das ilustrações e emblemas incisivos na página de rosto, seja sumariando a matéria do volume.

Os vocábulos para designar a página inicial de um livro descrevem tipologias de composição: frontispício (a fachada arquitectónica), portada (o limiar da entrada), rosto (a face que nos mostra o interior ou o resto do corpo). Esta página de entrada não distingue as cópias

entre si, mas distingue as edições, distingue uma obra das obras similares, individualizando os autores ou mesmo o seu modo de tratar o tema. Mais tarde, só muito mais tarde e quando ela começar também a ser impressa, é que estes elementos migrarão para a própria capa. Por agora ficam na primeira página, como se fosse um cartaz. A página de rosto cativa para si o lado recto da primeira folha, torna-se lugar de promoção do livro, autonomiza-se do seu início, que começa apenas uma ou duas páginas depois, por vezes mais, se se interpuserem gravuras, encómios, epigramas, cartas ao leitor, atestados e privilégios.

Os tipógrafos portugueses parecem mimetizar as práticas das casas de onde vinham os tipos que usavam, ou os modelos dos livros que editavam. Não parecem ter-se desenvolvido dinâmicas e tipologias locais no fabrico do livro, nem parece haver uma particular evolução na construção gráfica, informativa ou ideológica da página de rosto. A metódica observação de D. Francisco de Mendanha destacou, para além da silenciosa azáfama da tipografia de Santa Cruz, a existência de «liminaturas», «maiúsculas» e «moldes» usados no *subtilíssimo engenho*, dizendo expressamente que faziam parte da aparelhagem doada por D. João, o que quer dizer que pelo menos parte dos elementos decorativos são importados. Como em qualquer tipografia da época, os elementos de decoração são reutilizados em obras sucessivas, recompondo a sua posição nas portadas, na abertura de capítulos, no colofão, como acontece, por exemplo, nas sucessivas obras publicadas por um mesmo ou até por diferentes tipógrafos.

A página de rosto é também um local de celebração do poder, seja com o elogio ao rei, ou a algum protector, ou mesmo à ordem religiosa ou eclesiástica sob cuja protecção o autor se coloca e, depois do seu aparecimento, é sobretudo recorrente a reverência à Inquisição. É sob uma forma visual, simbólica e emblematizada que se faz a invocação da autoridade, para sob ela se colocar o livro e daí colher o seu próprio direito de difusão. Os livros das ordens religiosas identificam-se pelos seus próprios símbolos e patronos. Outros e mais variados livros ostentam o monograma da Companhia de Jesus. Uma das imagens mais repetidas nas portadas dos livros portugueses são as esferas armilares e o escudos das cinco quinas, para invocar e celebrar o poder régio, em alguns casos figurado ainda com o dragão alado encimando as armas reais, do qual pendem ornamentos fitomórficos que envolvem o conjunto e quase preenchem a página ou uma parte dela, quando se trata de grandes formatos (cfr. nrs. 12, 41, 43, 55, 74, 112, 138, 255, 312, 313, 323, 328, 367, 412, etc.; outros dragões nos nrs. 288, 359).

Colofão: confirmar a identidade. Outro hábito proveniente dos manuscritos medievais, onde alguma informação cronológica e mesmo a identificação da obra e do autor eram transcritos após o fim do texto, se transmite à era da tipografia. Mas também esta informação se autonomizará nos livros impressos com a criação de uma folha final de registo, com a indi-



cação mesma da sequência de cadernos, uma informação útil para o encadernador, para o livreiro e também para o leitor, porque, geralmente, pelo menos no início, a imposição das capas era posterior e o livro poderia circular (como acontecera aliás na época do manuscrito) em conjuntos de fascículos sem encadernação. O colofão contempla o reconhecimento da identidade e da legitimidade contra as contrafacções, o último adeus ao leitor e indicações técnicas para o encadernador e mesmo para o comércio do livro, podendo em alguns casos ser a oportunidade para a inclusão de algumas vinhetas decorativas. Foi este carácter técnico do colofão, em complemento da portada, que o catálogo que se segue também quis captar.

Vigiar: autorizar e proibir. A imprensa acelera a difusão do pensamento. Por efeito da multiplicação de cópias torna-o mais público que a simples difusão manuscrita. Mas os condicionamentos rapidamente impostos sobre a imprensa limitarão grandemente o aparecimento das posições heterodoxas e, para contornar os constrangimentos, estimulam a proliferação de literatura anónima. Sobretudo após a instituição da Inquisição, cuja actividade regular se inicia em 1536, a imprensa é vigiada de perto e cada livro deve conter uma autorização de publicação. É por isso submetido a autorização prévia. Para garantir um máximo de controlo imprimem-se mesmo obras que são índices de livros proibidos, compostos sob a orientação do Santo Ofício e a autoridade censória do Inquisidor Geral (cfr. os nrs. 77, 187, 188, 189, 380). A igreja e o reino exercem estreita vigilância sobre o que se publica, podendo actuar para perseguir autores, censurar doutrinas e páginas, retirar livros de venda, onde quer que tenham sido impressos. A dedicatória da obra, a invocação de um mecenas, ou a exibição de um privilégio funcionam como salvo-conduto, mas também actuam como forte elemento de condicionamento intelectual. Os privilégios e autorizações obtidos são por isso impressos no próprio livro, geralmente na portada, para garantir protecção para o que dizem e para prevenir comércios ilícitos. É a protecção de que autores, editores e tipógrafos não podem prescindir, para sua própria salvaguarda política, eclesiástica ou comercial. Não é apenas o impressor que precisa de buscar patrocínio para a sua empresa, que exige um investimento apreciável, sem garantia de retorno. Também o autor solicita a benevolência do leitor, mas antes de lhe chegar, submete, não apenas retoricamente, o seu trabalho ao patrocínio do rei, de um cardeal, de um bispo, mesmo de algum nobre, como se vê em boa parte das obras aqui catalogadas.

O que se lê nos livros. O filósofo e teólogo Nicolau de Cusa (1401-1464), leitor omnívoro e bibliófilo, elevou a leitura a metáfora da distinção entre Deus e o Homem, entre a eternidade e o tempo:

«Quando abro um livro para o ler, vejo, de modo confuso, toda a página. E se quero distinguir cada uma das letras, sílabas e palavras, é necessário voltar-me singular e seriadamente para cada



uma delas, não podendo ler senão sucessivamente uma letra depois da outra, uma palavra depois da outra e um passo depois de outro passo. Mas tu, Senhor, vês imediatamente toda a página e lês sem qualquer demora temporal.

E se dois de nós lêem a mesma página, um mais depressa, outro mais devagar, tu lês com ambos e pareces ler no tempo (...). Todos os livros escritos, e aqueles que se podem vir a escrever, tu os viste simultaneamente e simultaneamente os leste de uma só vez e acima de qualquer demora temporal desde a eternidade, e apesar disso lê-los seriadamente com todos aqueles que os lêem.» (Nicolau de Cusa, *A visão de Deus*, cap. VIII, trad. J.M. André, F.C. Gulbenkian, Lisboa 1988, pp. 160-161).

Esta humana condição temporal é para o cusano limitação intrínseca: o homem apenas pode ler juntando letra a letras, palavra a palavra, uma página depois da outra, um livro depois do outro, sem poder ambicionar a leitura da totalidade dos livros. O abismo de desproporção entre o tempo limitado da vida humana e as bibliotecas de livros disponíveis torna ainda mais aflitiva esta condição. E o crescimento das edições mais contribuirá para este sentimento de angústia. Nicolau de Cusa vive no tempo de fronteira em que a tipografia faz a sua entrada triunfal. E, com ela, os livros proliferarão, nas mais diversas áreas, acentuando as especializações que se anunciavam pelo menos desde o advento da universidade e da sua divisão em faculdades no século XIII.

Os livros também formam sucessões e séries, nem que seja para os abarcar no tempo, também se categorizam para os podermos arrumar e compreender. A distinção entre livros religiosos e livros profanos, operativa para a época, é conceptualmente problemática, porque cada um desses livros pode ter conteúdos do campo oposto ou nele ser usado. É em particular fluido caracterizar o livro profano. Por exemplo, todos os livros de filosofia aqui descritos são de facto ou escritos ou organizados por eclesiásticos e o mesmo acontece com boa parte das obras que se consideraram profanas, mas a distinção parece útil tendo em conta as dinâmicas simbólicas e históricas de cada um dos "campos".

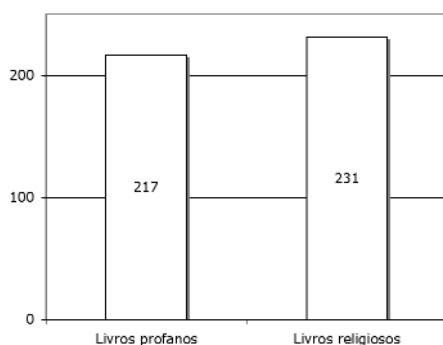


GRÁFICO 2 - LIVROS PROFANOS, LIVROS RELIGIOSOS
(N.B.: O SOMATÓRIO É SUPERIOR A 427 PORQUE EM
ALGUNS IMPRESSOS HÁ MAIS DO QUE UMA OBRA)

A distinção entre livro profano ou laico e livro religioso reflecte em primeiro lugar o estado social dos seus autores ou leitores. Lembremo-nos que o *laicus*, por exemplo no latim do século XII, era o não letrado, o não clérigo. Não é possível estabelecer números, mas tendo em conta os valores conhecidos para o país no século XIX e na primeira metade do século XX, talvez não seja exagerado extrapolar que no século XVI em Portugal mais de 95% da população é analfabeta (três séculos depois, em 1878, é de 82,4%, cfr. *Dicionário da História de Portugal*, dir. J. Serrão, Vol. II, p. 395). O livro é um bem utilizado por grupos sociais de grande peso social e económico, mas de pequena expressão demográfica. O livro tem quase exclusivamente uma finalidade profissional, ou pelo menos ocupacional, mas é já sensível a presença de livros ao gosto popular, como a literatura hagiográfica ou de cavalaria (nos dois extremos do gráfico 3 para o total de edições, cfr. Macedo, "Livros Impressos", pp. 48-62).

No primeiro século da existência da imprensa, a difusão das obras sofre com a duplicação de meios, porque continua a ser grande a circulação manuscrita. Os livros estampados têm uma difícil coexistência com os manuscritos e, sobretudo nos meios monásticos e universitário, é muito grande o número de manuscritos que nunca tiveram honras de ser dados à estampa (não existem estudos quantitativos, mas é seguramente maior o número de títulos de autores portugueses do séc. XVI em manuscrito que aqueles que alguma vez foram impressos). A colecção aqui catalogada reflecte a diversidade temática e disciplinar do mundo editorial português do século XVI. Sendo difícil categorizar os livros, podem encontrar-se afinidades de conteúdo que permitem perceber a sua distribuição e, por aí, os gostos e receptividade dos públicos. Tal como há constantes que se verificam nos modelos gráficos, também os géneros editoriais, na sua repetição, evidenciam relativa estabilidade e inércia no domínio da cultura do livro, apesar de evoluções no plano do pensamento, de que são indicador mais evidente os sucessos editoriais e as mudanças na tabela dos autores de sucesso ao longo da segunda metade do século. Entre estes estão alguns dos mais importantes teólogos em actividade em Portugal: Luís de Granada (nrs. 224-241), Martin de Azpilcueta (nrs. 26-36), Bartolomeu dos Mártires (nrs. 247-252), Jerónimo Osório (nrs. 283-287). Mas também moralistas como frei Heitor Pinto (nrs. 301-307) ou Manuel Rodrigues (nrs. 375-379), biblistas como João Soares (nrs. 399-404), filósofos como Pedro da Fonseca (nrs. 145-147), ou um hagiógrafo como Diogo do Rosário (nrs. 381-384). Perante o sucesso de alguma obra eram inevitáveis as reedições. Nesses casos o próprio autor poderia sentir necessidade de introduzir correcções ou acrescentos para a emendar ou tornar de novo vendável, mesmo para aqueles que haviam adquirido a edição anterior. Os exemplos são muitos, como o *Compendium manualis* de Martin de Azpilcueta de 1592 («Nunc recognitum & infinitis penè mendis... repurgatum», nr. 31), ou as *Constitutiones Ordinis Fratrum Eremitarum Sancti Augustini* («Nuper recognitae & in ampliorem formam ac ordinem redactae», nr. 279), ou a reedição da *Summa de casos de consciencia* de Manuel Rodrigues,

impressa em Lisboa em 1597, com a expressa menção: «Añadida agora de nueuo en muchas cosas y corregida por el mismo author» (nr. 378). Estas correcções e acrescentos são anunciadas com pompa nas portadas, mas nem sempre correspondem a verdadeiras mudanças no seu conteúdo. As correcções eram mesmo introduzidas nas sucessivas edições de autores do passado, como se pode ver nas de obras de autores como Aristóteles (nrs. 19, 20, 299), que seguramente reproduzem edições estrangeiras.

É também sensível a evolução de certos géneros. O livro universitário tende a repetir os modelos medievais do comentário, seja a obras de Aristóteles, seja às *Sentenças* de Pedro Lombardo, respectivamente para o estudo da filosofia e da Teologia. De um género derivado da *lectio, a repetitio*, encontramos diversos exemplos, em Filosofia, Teologia e Direito (nrs. 26, 27, 30: «a manera de repeticion latina y scholastica de iuristas», 37: idem, 139, 288, 296).

Os livros de História, de Portugal ou do mundo, religiosa ou real, apesar da astúcia de notórios falsificadores, fazem o seu percurso por outros novos modos de fundamentação da narrativa, trate-se de crónicas, cronologias, elogios, ou relatos mais ou menos fantasiosos. O mesmo interesse pelo mundo e pelo outro está bem vivo pelo interesse na literatura de viagens e corográfica.

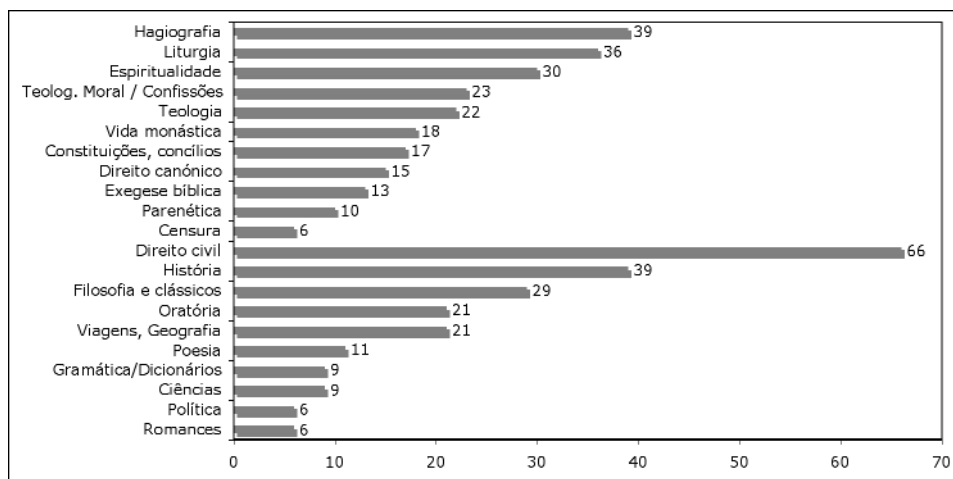


GRÁFICO 3 - PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS DOS LIVROS CATALOGADOS

(N.B: A SOMA TOTAL É SUPERIOR A 427 PORQUE EM ALGUNS IMPRESSOS HÁ MAIS QUE UMA OBRA)

Alguns dos impressos catalogados não são de facto livros, como acontece com a série de leis do reino, que, em alguns casos, não são senão folhas avulsas (aliás encadernadas no volume X1-2-21; cfr. os nrs 330-355) e que causam a desproporção de impressos de direito civil. Outros textos recorrentes e curtos, como os relatos de sucessos, não estão presentes na colecção.



O fervor espiritual da época espalha-se por um amplo leque de géneros, com múltiplos manuais de confessores, tratados de espiritualidade ou relatos de experiência e elevação mística. No século do Concílio de Trento, concluído em 1563, a reforma religiosa (monástica ou episcopal) está no centro das preocupações, com um acentuar da regulação juridico-canónica da vida religiosa privada e pública e novas formas de pastoral, de que são testemunho os novos comentários bíblicos e várias colecções de sermões, e mesmo o tratado de *retórica eclesiástica para a elaboração de sermões de Luís de Granada, Ecclesiasticae rhetoricae siue de ratione concionandi libri sex*, impresso em 1565 (cfr. nr. 230).

Uma particularidade do livro do século XVI, devido à proliferação de intervenções que se sobrepõem ao texto do autor, com sucessivas compilações, correcções e emendas por diversos editores-correctores, põe em crise o próprio conceito de autor e mostra como era ainda difusa a propriedade sobre a sua própria obra. É forte essa tensão entre a individualidade do autor e a institucionalidade do próprio saber que ele exprime. É entre um e outro que se interpõem as diversas intervenções de editores, censores, correctores. Por essa razão alguns livros podiam até omitir o nome do autor: o *Tractado llamado El desseoso y por otro nombre Espejo de religiosos* vem com a menção de ser «Agora de nueuo corregido y añadida la sexta parte que hasta agora no ha sido impressa en Lisboa (...) 1588» (nr. 123), ou então alterar profundamente o original, como na *Hystoria dela Yglesia que llamã ecclesiastica y tripartita de Eusébio de Cesareia*, «abreuiada y trasladada de latin en castellano por un religioso, dela Orden de Sancto Domingo Y aora nueuamente reuista y corregida por el mesmo interprete», impressa em Coimbra em 1554 (nr. 130).

Por essas razões, mas também pela carácter novo de algumas obras, estas obras merecem bem uma releitura interdisciplinar. Um mais amplo estudo da cultura escrita e do pensamento em Portugal no século XVI, a partir dos impressos a seguir descritos, será publicado no volume *Livros impressos e leituras em Portugal no séc. XVI*, que reúne os contributos apresentados no colóquio organizado a propósito da edição deste mesmo catálogo.

Mercado local, mercado mundial. A sociedade das letras sempre foi internacional e cosmopolita, mas, olhando os impressos portugueses do século XVI, é evidente que estes livros se destinam ao mercado local. O transporte e as taxas deveriam tornar mais económica e rentável a sua impressão local. É também esse localismo que explica a simultaneidade de edições nas três principais línguas faladas no país: o latim, o castelhano, o português. Mas, com o tempo, parece ser a imprensa a contribuir para o desenvolvimento da unidade linguística do país. Apesar disso, é importante o comércio de importação de livros para a satisfação da procura nacional. Bastem três exemplos. 1) existem hoje na Biblioteca Nacional mais títulos impressos no século XVI em Espanha (1971 títulos, cfr. *Lavoura, Tipografia Espanhola*), do que em Portugal (928 títulos; cfr. Simões, *Catálogo dos impressos*); 2) no



recente catálogo sobre *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional* (org. LEITÃO e MARTINS), dos 867 espécimes descritos apenas 31 são de tipografia portuguesa; 3) em Portugal não foi impressa ao longo do século XVI nenhuma Bíblia, nem nenhuma das grandes compilações de direito civil ou canónico, o que, dada a procura de qualquer destas obras, tornou obrigatória a importação de grandes quantidades de volumes. A reduzida dimensão do mercado local e a abundância de títulos e exemplares nas grandes oficinas europeias, limitaram seriamente o desenvolvimento da indústria tipográfica em Portugal. Este facto também tornou importante a impressão no estrangeiro de obras de autores portugueses, mesmo em português, por isso seguramente estampadas para o mercado e público nacionais, por razões económicas ou para fugir ao controle do poder real ou da Inquisição.

Uma certa circulação de obras também ocorrerá em sentido inverso, mas em muito menor escala, com a difusão e leitores fora de fronteiras de livros de autores portugueses do século XVI. Em vez do pesado e oneroso transporte dos volumes acabados, as próprias obras eram impressas no mercado que as solicitava, como aconteceu com obras de Pedro Nunes impressas em Antuérpia e Basileia, com as *Chronicas da Ordem dos frades menores* de Marcos de Lisboa, e sobretudo com os comentários a Aristóteles do colégio conimbricense (verdadeiramente difundidos já no século XVII), ou dos diversos tratados de Jerónimo Osório com grande sucesso europeu, sem falar de edições em tradução, como as três dos *Lusíadas* de Camões realizadas em Espanha no século XVI (cfr. LAVOURA, *Tipografia Espanhola*, nrs. 290-292).

Posse de livros, livros ausentes. É outro dos méritos deste catálogo que tenham sido registadas com minúcias as marcas de posse que sobrevivem nos livros, seja em notas manuscritas ou em apostos ex-libris. Podemos assim reconstituir, pelo menos parcialmente, o seu percurso no tempo e saber que alguns deles passaram por várias mãos. Como acontece com outros fundos da Biblioteca Pública Municipal, o núcleo maior (e mesmo assim não

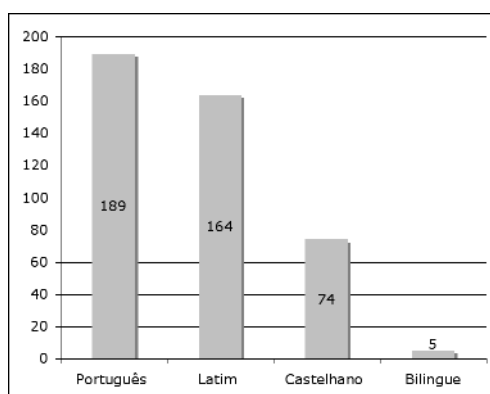


GRÁFICO 4 - LÍNGUAS DE EDIÇÃO DOS IMPRESSOS DO SÉC. XVI NA BPMP
(CFR. J. COSTA, «APRESENTAÇÃO», SUPRA)



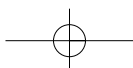
ultrapassa a trintena) provém de casas dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. As incorporações bibliográficas do século XIX, em resultado da extinção das ordens religiosas, são a origem principal deste fundo bibliográfico, o que explica que em tantos livros se registre a sua pertença a frades ou a clérigos. Ao longo da sua história centenária a Biblioteca conseguiu ampliar o fundo com doações e aquisições várias, constituindo assim um valioso núcleo representativo do movimento tipográfico do século XVI, mas a que faltam alguns títulos notáveis. Entre estes impressos, que na sua totalidade constituem pouco menos de metade da produção portuguesa conhecida do século XVI, não existem edições de Camões, nem de Gil Vicente, nem existe o *Cancioneiro Geral* de 1516. Apesar de ela ser ainda rara na época, é notória também a ausência de literatura feminina. Seria ocioso e inútil enumerar a importância de alguns títulos ausentes, mas nota-se sobretudo a falta do *Espelho de perfeicam* de Henrique Herpf, ou do *De divisionibus* de Boécio, editados em Santa Cruz de Coimbra, respectivamente em 1533 e 1534, o que, antes de mais, atesta os avatares da reunião desta colecção, mesmo assim numerosa e rica, que, neste particular, ganharia em ser completada.

E agora os livros estão aqui. Quatro ou cinco séculos depois da sua edição, estes impressos trazem no corpo marcas de posse, sinais de uso, mutilações várias, escarificações que assinalam a passagem de vermes, das intempéries, do uso descuidado ou intenso. Poucos atravessaram o tempo em imaculada integridade. Transmitem-nos as esperanças e o pensamento de um século que fez da tipografia um definitivo instrumento de poder e de difusão do saber, alargando o público autor e sobretudo o público leitor. Encontraram repouso na Biblioteca Pública Municipal do Porto e por aqui se ficaram, bem entregues. Foram agora valorizados pelo cuidado trabalho com que responsáveis e técnicos da Biblioteca os trataram e descreveram nas páginas que se seguem, para que os leitores os pudessem redescobrir. O património à guarda da Biblioteca sai enriquecido com o trabalho desta equipa, à qual todos estamos gratos. E os livros aí estão, para continuarem a ser lidos'.

José Meirinhos

Universidade do Porto, Faculdade de Letras

1) Agradeço a Maria de Lurdes Correia Fernandes e a Júlio Costa a leitura deste texto e as respectivas observações, que contribuíram para o melhorar. Agradeço ao Dr. Miguel Nogueira (Gabinete de Cartografia da FLUP) a preparação do mapa incluído neste estudo.



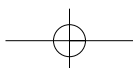
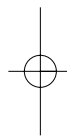
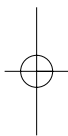


Bibliografia



1. CATÁLOGOS

- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926 [reimpr. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977].
- ANSELMO, Artur, «Censos de incunábulo impressos em Portugal», in IDEM, *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp. 413-473.
- Catálogo colectivo de obras impresas en los siglos XVI al XVIII existentes en las bibliotecas españolas: Siglo XVI*, Madrid: Biblioteca Nacional, 1972-1984.
- FARIA, Francisco Leite de, *Livros impressos em Portugal no século XVI existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Coimbra: Coimbra Editora, 1979.
- *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa: Comissão do IV centenário da morte de Damião de Góis, 1977.
- GUSMÃO, Armando de, *Livros de impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. I - Tipografia Portuguesa*, Évora: Junta Distrital, 1962.
- LAVOURA, Maria Emília Bailio (org.), *Tipografia espanhola do século XVI: a colecção da Biblioteca Nacional*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.
- LEITÃO, Henrique de Sousa - Lúcia de Azevedo MARTINS (org.), *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.
- MACEDO, Jorge Borges de, *Livros Impresos em Portugal no séc. XVI. Interesses e formas de mentalidades*, in ID, *Os Lusíadas e a História*, Ed. Verbo, Lisboa, 1979, pp. 23-73.
- NORTON, F. J., *A Descriptive Catalogue of Printing in Spain and Portugal 1501-1520*, Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- ODRIOZOLA, Antonio, *Catálogo de libros litúrgicos, españoles y portugueses, impresos en los siglos XV y XVI*, ed. de Julián Martín Abad y Francesc Xavier Altés i Aguiló, Pontevedra: Museo de Pontevedra, 1996.
- Patrimonia. Livro antigo*, <http://patrimonia.porbase.org/> [catálogo on-line de livros antigos em bibliotecas portuguesas]
- RUAS, João (org.), *Biblioteca de D. Manuel II: impressos dos séculos XV e XVI*, Caxias: Casa de Massarelos, 2002.
- SIMÕES, Maria Alzira Proença, *Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1990.
- VELLOSO, Júlio Caio, *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII: a colecção da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003.



VELLOSO, Júlio Caio (dir.). *Catálogo das obras impressas nos séculos XV e XVI: a coleção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1994 [2ª ed. rev. e aum.].

2. ESTUDOS GERAIS

ANSELMO, Artur, *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

– *História da edição em Portugal*, I: *Das origens até 1536*; Porto: Lello & Irmão, 1991.

BALDACCHINI, Lorenzo, *Aspettando il frontespizio. Pagine bianche, occhietti e colophon nel libro antico*, Milano: Edizioni Sylvestre Bonnard, 2004

COPPENS, Christian (ed.), *Printers and Readers in the Sixteenth Century*, (Bibliologia. Elementa ad librorum studia pertinentia, 21), Turnhout: Brepols, 2005.

ESCOLAR SOBRINO, Hipólito (dir.), *Historia ilustrada del libro español: de los incunables al siglo XVIII*, Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1994.

INFANTES, Victor - Françaos LÓPEZ - Jean-François BOTREL (dir.), *Historia de la edición y de la lectura en España, 1472-1914*, (Biblioteca del libro), Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003.

MARTIN, Henri-Jean, *La naissance du livre moderne. Mise en page et mise en texte du livre français (XIVe-XVIIe siècles)*, Paris: Editions du Cercle de la Librairie, 2000.

MEIRINHOS, J.F., «A tipografia de Santa Cruz 1530-1563 / The Typography of Santa Cruz 1530-1563», in *Santa Cruz de Coimbra: A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média*, Ed. da Biblioteca Pública Municipal, Porto 2001, pp. 319-327.

PACHECO, José, *A divina arte negra e o livro português: séculos XV e XVI*, Lisboa: Vega, 1988.

VITERBO, Sousa, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (apontamentos para a sua história)*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

